



Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais

In resistance: political action, youths and women on MST and in rural settlements

Elisete Schwade

eliseteschwade@gmail.com

DAN UFRN /Doutora em Antropologia – USP

Irene Alves de Paiva

irenealves@gmail.com

DCS UFRN Doutora em Educação – USP

RESUMO

Nesse artigo procura-se refletir sobre os sentidos da inserção de jovens e mulheres na luta política promovida pelo MST, tendo em vista a referência aos assentamentos como espaço propício para tal envolvimento. O objetivo é descrever dinâmicas relacionadas à construção do *engajamento* de jovens e mulheres como sujeitos de direitos, a partir do investimento na educação e escolarização e da referência aos assentamentos como locais de *resistência*. Por meio da etnografia no 6º Congresso e do diálogo das questões postas com pesquisas realizadas em assentamentos rurais no sul e nordeste do Brasil, aponta-se para o protagonismo de jovens e mulheres como possibilidade de incrementar e fomentar demandas políticas que beneficiam ao conjunto dos envolvidos nas ações políticas promovidas pelo MST. No entanto, percebem-se também desafios na concretização desse projeto, sobretudo, em referência ao local, os quais se evidenciam em trajetórias particulares de jovens e mulheres que residem em assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais. Jovens. Mulheres.

ABSTRACT

In this article, the goal is to reflect upon the senses of the insertion of youths and women in the political struggle promoted by the MST, referring to the settlements as a proper space for this involvement. The purpose is to describe dynamics related to the construction of engagement of youths and women as worthy of rights, starting from the investment in the education and schooling and the reference to the settlements as places of resistance. Via the ethnography in the 6th congress and dialogue about questions brought up with the researches performed in rural settlements in the south and northeast of Brazil, the leading role of youths and women is spotted as possibility of incrementing and promoting political demands that benefit all involved in the political actions promoted by MST. However, it is noticed that there are challenges in the accomplishment of this project, mostly concerning the location, which are evident in the particular trajectories of youths and women who reside in these settlements.

Keywords: Rural Settlements. Youths. Women.

dossiê | dossier

067

vivência43
REVISTA DE ANTROPOLOGIA



Mobilização na luta pela terra em contextos atuais

Entre as diferentes lutas coletivas efetivadas no Brasil nas últimas décadas, o MST¹ destaca-se como um ator político que conquistou projeção internacional, inserindo-se progressivamente em redes globais. Trata-se de um processo no decorrer do qual esse movimento amplia seu escopo de diálogos e ações, incorporando temas que, no mesmo ritmo que favorecem a mencionada internacionalização, expressa nos grandes eventos, nas marchas, também traz novos elementos para as lutas locais, cotidianas, como as que têm lugar na efetivação dos acampamentos e nos assentamentos rurais.

Em fevereiro de 2014, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra realizou seu 6º Congresso em Brasília, DF². O evento reuniu mais de 15 mil pessoas e teve como lema *Lutar, construir a reforma agrária popular*. Entoando fervorosamente esse lema, os participantes comemoravam 30 anos de existência do MST, ressaltando com emoção os motivos para comemorar, as lutas, as conquistas e as adesões. Não obstante, como bem lembrava o militante que fazia a fala de abertura, também estavam postos ali vários desafios, dentre os quais o fortalecimento dos assentamentos, com destaque para o investimento na ampliação da luta para além do vínculo mais imediato sem terra.

Como celebração e afirmação de continuidade, as bandeiras, os chapéus vermelhos, as lonas pretas em forma de barracas, os símbolos do movimento estavam expostos em todos os lugares do Ginásio Nilson Nelson. Em todas as direções daquele espaço era possível ouvir a apresentação das delegações que, entoando suas palavras de ordem, expressavam a afirmação do MST enquanto ator político reconhecido, gestada no decorrer de 30 anos de intensa mobilização desse ator social. Duas questões mereceram destaque neste 6º Congresso: 1) A ênfase na diversidade e na participação de diferentes segmentos, com destaque para mulheres e jovens; 2) A afirmação dos assentamentos rurais como espaço de resistência.

Na sequência de Congressos, principal instância de decisão do MST², percebe-se certa continuidade na definição das bandeiras de luta, em sintonia com a dinâmica do movimento e a sua capacidade de articulação com diferentes redes e segmentos. Como já enfatizou Chaves (2001), no primeiro congresso, em 1985, houve uma ênfase mais direta à luta pela terra, com o lema, *Terra para quem nela trabalha* e na argumentação da conquista e ocupação como caminho de acesso. No II congresso, os enunciados da resistência: *Ocupar, Resistir e Produzir*. A ampliação dos sentidos da luta ficou visível desde o terceiro congresso, o qual anunciou a *Reforma agrária como uma luta de todos*. Observa-se que, à medida que o MST vai se construindo como ator político, intensifica a elaboração de uma articulação entre rural urbano e a incorporação de novos segmentos como sujeitos da sua proposta de luta política, com o objetivo de transformação social. É nesse contexto que começam as referências aos ditos novo homem e nova mulher, amplamente pronunciados nos documentos e em diferentes atividades.

Nos congressos seguintes deu-se continuidade a um processo de construção da luta política, em que a reforma agrária é afirmada como um *benefício para todos*. Nessa direção, no quinto Congresso, em 2007, a afirmação da *Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular*. Mantendo a chama acesa na cor vermelha dos bonés, camisas e bandeiras, como símbolo principal e inconfundível, o MST chega aos 30 anos e 6º Congresso, tendo como principais bandeiras de luta a oposição ao agronegócio e defesa da agroecologia, ao lado de uma proposta de transformação social que passa pelo investimento na formação, sobretudo, por meio da educação e escolarização de jovens. A agroecologia, por sua vez, enfatiza sobremaneira a importância





da participação das mulheres, uma bandeira que está presente no MMC e em outras organizações coletivas. Inclusive, em escala transnacional, na articulação com a Via Campesina³. Também são as mulheres que são lembradas a todo instante pela sua responsabilidade em atos políticos que representam um enfrentamento direto da política do agronegócio, tais como as ocupações da Aracruz e Mansanto, ambas realizadas na comemoração do Dia Internacional da Mulher, respectivamente, em 2007 e 2001.

No 6º Congresso, tal como nos anteriores e em outros eventos do MST, a vivência da sociabilidade tem um lugar central. O envolvimento ocorre por meio dos vínculos que se estabelecem no exercício da mística, do canto das palavras de ordem, do tremular das bandeiras, encontro entre iguais por meio do reforço de um universo simbólico próprio. O pronunciamento das palavras de ordem, sempre precedidas de fervorosas intervenções, tem um poder simbólico que agrega os sujeitos e os posiciona em situação liminar. Expressão constante de emoções e sentimentos é um ponto forte da luta pela terra. As letras das músicas ecoam na memória de quem participa daquele momento, fazendo crer que a esperança foi renovada e que assim a luta pode ter continuidade, uma vez que, como sublinha (BOURDIEU, p. 15, 1989) são atos e falas como esses que são portadores de um poder simbólico que agrega e renova.

Foi notável nesse evento o caráter globalizado, em que se insere a dinâmica organizativa e a produção cultural do MST. Nesse sentido, aquilo que o Movimento nomeia como a internacionalização da luta⁴, se efetiva como construção de redes de articulação que assumem dinâmicas diferenciadas de acordo com os circuitos de solidariedade estabelecidos entre os diversos atores. Tais circuitos, por sua vez, revelam aspectos próprios que remetem às singularidades dos diferentes *sujeitos de direito* que vão demarcando posições no interior da luta coletiva. A inserção em redes e circuitos globais se alia também a presença de atores de outras organizações no Brasil, muitos dos quais, com frequência, atuam como mediadores. Assim, encontravam-se no Congresso professores universitários jovens estudantes (sobretudo da área de ciências agrárias), representantes de movimentos sindicais, uma ampla teia de solidariedade que o MST foi tecendo por meio de sua ação política durante esses 30 anos.

Não obstante, tal cenário diverso e representativo fez com que os debates políticos evidenciassem também as tensões e conflitos próprios do movimento, nos diálogos que esse tem estabelecidos com o governo, ora assumindo posições em defesa, ora fazendo a crítica, especialmente em relação à posição que o governo assume na política para o campo em geral (em setores como a educação e outros) e a reforma agrária, em particular. É nesse contexto que o lema da transformação política ser traduz em diferentes pautas, com o propósito de uma transformação social em sentido amplo, articuladas de modo especial pela oposição ao agronegócio.

Na construção e efetivação do 6º Congresso houve um destaque para segmentos de jovens e mulheres. Observou-se, no caso da juventude, a articulação com reivindicações de outras organizações juvenis. Nesse sentido, foi na fala dos jovens que se mencionaram pautas específicas presentes nesses dois segmentos destacados: homofobia, aborto⁵, pertencimentos religiosos, entre outros. As falas sobre o tema da juventude ressaltaram também o papel que esse segmento tem no sentido de facilitar o diálogo interno entre as gerações por meio do *deslocamento* que favorece o diálogo com os diferentes atores políticos.

As mulheres e os jovens têm uma importância capital para o movimento. São *sujeitos de direito* que reivindicam seu *lugar* e a sua participação





se efetiva quando conseguem garantir o seu espaço. Ou seja: se o MST insere percentuais de participação de mulheres e jovens em todas as suas instâncias deliberativas, desde a coordenação nacional e em toda a sua estrutura organizativa, o sentido da participação é ampliado e ressignificado por se inserir em um contexto amplo de lutas em que jovens e mulheres são *sujeitos de direito*. Esse é o sentido atribuído à participação, exemplificada em uma mística no congresso, protagonizada pelas mulheres, em que ressaltavam: “as mulheres aprendem na luta que o aspecto pessoal é político; exigem novas relações de sociabilidade e de gênero; a participação política eleva o nível de consciência”. Observou-se que essas premissas foram objeto de atenção durante todo o congresso, desde a organização até a programação as atividades, como será retomado adiante.

Deve-se ressaltar que, à realização do 6º Congresso, antecedeu um longo período de preparação, por meio do investimento na formação da militância em diferentes regiões, tendo como base os assentamentos rurais, demarcados como locais de resistência. Foi nesses espaços que ocorreram, principalmente, durante o ano de 2013, diferentes eventos, os quais envolveram desde a exaustiva discussão dos temas e compromissos com a reforma agrária até a escolha dos delegados. De acordo com relato de um militante, a preparação iniciou em 2011, no âmbito da coordenação nacional. Em seguida, a atuação da militância nos estados, cujas ações envolveram encontros e seminários para discussões sobre o histórico do Movimento Sem Terra nos seus trinta anos. É esse o espaço privilegiado de formação onde, por meio da leitura de análises de intelectuais sobre as ações, contribuições e limitações do MST na organização das famílias no campo, os iniciantes e militantes estabelecem um diálogo com uma ampla rede discussão política e se familiarizam com pautas gerais e específicas das suas condições de sujeitos – jovens, mulheres e outros segmentos. Esta etapa contou com a contribuição de cartilhas com textos elaborados tanto por lideranças do MST quanto por professores universitários.

Após essa mobilização inicial, diz o militante, foram debatidos temas gerais relacionados à proposta de transformação social, tais como “Sociedade brasileira”, “A natureza do Estado e Burguês” e “O avanço do capitalismo no campo”, resultando no apontamento dos desafios para os períodos seguintes na luta pela reforma agrária, tanto no âmbito interno ao Movimento quanto na relação em outras esferas da sociedade. No decorrer de toda a preparação foram realizados mutirões nos acampamentos e assentamentos para levantamento das ideias sobre o papel do MST, formuladas pelos próprios assentados e acampados, os quais sugeriram as ações que mais esperavam da militância nos próximos períodos e quais as principais dificuldades encontradas nos assentamentos e acampamentos. Esse momento garantiu uma participação dos sujeitos em diferentes níveis de engajamentos. A terceira fase contou com novos encontros estaduais para a análise das informações coletadas, dados que foram enviados para a coordenação nacional para fazer o balanço final. Toda a preparação durou efetivamente cerca três anos (2011 a 2013). Como o momento do evento é propício para a construção de adesões, na escolha dos delegados, valorizou-se o que se chama a militância antiga, que estava afastada. Assim, as vagas foram divididas primeiramente entre os que tinham engajamento focado, depois para coordenação dos acampamentos, incluindo vagas para os chamados Amigos do MST, como professores e outros movimentos sociais.

070

vivência43
REVISTA DE ANTROPOLOGIA

O congresso acontecendo

As delegações começaram a chegar em Brasília DF nos dias anteriores à abertura do congresso, colorindo os entornos do Ginásio Nilson Nelson



com barracas, tendas e bandeiras. De modo geral, a organização do espaço para ao acampamento obedeceu ao agrupamento das barracas em uma tenda para cada estado. Do mesmo modo, o espaço para o preparo dos alimentos foi dividido por estados.

Além das tendas e barracas que abrigaram os participantes e serviram de espaço para preparo dos alimentos, destacaram-se, também, agora organizadas por região, as tendas com a feira de produtos da reforma agrária. Não obstante, a identificação com banners, a exposição dos produtos à venda já sinalizava a região, onde é possível reconhecer cultivo que reflete as características culturais. Além disso, vendiam-se, nas barracas, produtos tais como queijos, salames, doces, compotas, resultados de cooperativas de produção, tais como Terra Viva e outras.

As atividades do Congresso aconteceram dentro do ginásio. Um palco acima do qual estava exposto um painel gigante anunciava o 6º Congresso. Nesse painel, observava-se a referência já destacada à diversidade. Em frente ao palco, cestas e diferentes objetos que remetem ao cultivo, a vida no campo. O colorido dos tecidos de chita, no pé direito alto do ginásio, fornecia um destaque especial ao palco. Nos arredores, banners dos cinco congressos anteriores e seus respectivos temas. Nos diferentes setores de cadeiras do ginásio os participantes também se organizavam por estado. Tudo colorido com a bandeira vermelha, também o predomínio das camisas vermelhas e brancas. A diferença estava no setor reservado para os convidados internacionais, onde bandeiras de várias cores contribuíam para a composição desse mosaico criado no espaço do congresso.

A abertura do 6º Congresso aconteceu com uma grande mística alusiva aos 30 anos do MST. Imagens dessa mística circularam exaustivamente nas redes sociais. O que chamou a atenção foi a incorporação de elementos que revelam diálogos importantes com espaços urbanos, presentes nas performances corporais, por exemplo. Todos os dias as atividades eram precedidas da mística, sempre alusiva ao tema a ser discutido. A mística é uma prática amplamente reconhecida no MST. A performance se alia a outros símbolos que são acionados para chamar a atenção dos sujeitos *desfocados* para que esses se sensibilizem com o que está acontecendo e efetivem um *engajamento focado*. (GOFFMAN, 2010, p. 95-96).

As atividades seguintes, argumentadas como portadoras de um caráter formativo, obedeceram a uma lógica de organização de Congresso, com exposições feitas em mesas-redondas seguidas de intervenções do público. Na coordenação das atividades estavam sempre presentes os jovens e as mulheres com representatividade de diferentes regiões. As falas nas mesas foram protagonizadas por militantes reconhecidos pela sua atuação no MST e também por pesquisadores do tema em questão. Nesse tipo de organização abre-se espaço também para dirigentes em formação, considerando uma hierarquia própria que se repete nos engajamentos. Esses dividem o palco com os que têm uma longa trajetória no MST e em outros movimentos. As intervenções do público já estavam previamente definidas e em algumas situações não aconteciam, sendo anunciadas como “já está contemplado”. Mas para os participantes que subiram ao palco esse era um exercício importante de oralidade, onde aparecia com destaque o desempenho do *orador militante*. Intervenções são sempre finalizadas com o convite à plateia para uma palavra de ordem, uma canção. Animadores presentes em todos os setores do Ginásio cumpriram esse papel de incentivo à participação, sempre renovando o clima de engajamento que envolve encontros desse tipo.





Um dos acontecimentos importantes do Congresso foi a Marcha, a qual levou todos os participantes para as avenidas da capital federal. Esse é um momento em se percebe a forte organização, desde que a sequência de grupos, tudo foi previamente planejado e cada um sabia do seu lugar em fileiras. Houve um confronto direto com a polícia em frente ao Palácio do Planalto. No entanto, esse acontecimento não mereceu destaque diante da grandiosidade de dois quilômetros no corredor central da explanada dos ministérios cobertos pelo vermelho das bandeiras. De muitos prédios vinham manifestações de solidariedade, pessoas acenando com bandeiras nas janelas.

O investimento na transmissão virtual, inclusive com a disponibilização de uma rede *wi-fi* pública própria do Congresso, permitiu uma ampliação instantânea da solidariedade, desde que auxiliava na circulação rápida de informações de tudo o que ali acontecia, como pôde ser observado em todos os acessos, dando visibilidade imediata ao Congresso por meio do uso de tecnologia acessíveis, principalmente, para os jovens. Eram também os jovens que investiam no registro fotográfico e em vídeos, alimentando constantemente as redes sociais.

Na continuidade do congresso se evidenciam os diferentes níveis de participação. O chamado militante de frente, geralmente pertencente à Coordenação, está ao lado dos que estão sendo iniciados. Nos bastidores pudemos ouvir comentários sobre a preparação das falas, sempre orientadas pelos tidos como mais experientes. A autorização para falar envolve um longo investimento, no qual vem sendo incluídos jovens e mulheres. Não obstante, os assuntos e, principalmente, momentos cuidadosamente destacados nas falas, são direcionados no sentido de promover o *ajuntamento geral*, uma participação em massa. Nesse sentido, o Congresso estimula os participantes em diferentes engajamentos, cada qual com suas obrigações – as do militante que progressivamente se destaca pelo refinamento da posição que assume e a da *massa*, que atua como expectadora igualmente importante para que o clima esperado para o evento se realize. Essa distribuição da *participação* e as colocações hierárquicas que assume se mescla à rede de solidariedade, a qual amplia a participação das delegações, tais como os jovens da consulta popular, as integrantes de movimentos feministas, movimentos sindicais, entre outros.

Considerando a presença desses diferentes segmentos, a *participação* se efetiva por meio de diálogos entre pessoas que estão em diferentes posições. Mas assume também sentidos diferentes, que reproduzem papéis desses sujeitos na vida cotidiana. Assim, na mulher que tem lugar de fala da mesa, pretende-se representar também a que fica preparando a refeição na cozinha improvisada nas tendas nos arredores do Ginásio, embora a importância dessa última fique pouco evidente.

As dificuldades práticas que indicam uma participação equitativa contrastam com discursos, em uma mesa sobre *mulheres*, na qual as expositoras tinham a tarefa de pensar o desafio da participação dessas na construção e um projeto de reforma agrária popular e nas mudanças da sociedade. As exposições, feitas por representantes do Movimento de Mulheres Camponezas, Marcha Mundial de Mulheres, traziam as grandes pautas dos movimentos feministas, tais como a busca de igualdade no trabalho, a luta contra a violência e também ressaltavam a importância das mulheres no desenvolvimento de propostas agroecológicas (como as sementes criolas). No entanto, nessa mesa a fala de uma dirigente do MST foi significativa, no sentido de resgatar como essa participação vem sendo efetivada no cotidiano do movimento. Lembrou que, embora a presença e experiência das mulheres na luta não seja algo recente, ela não aparece na história do MST. Mencionou a criação de uma chamada frente de mulheres no I Congresso do MST em 1985 e, em 1999, a criação



do setor de gênero, mais voltado para dimensão política com o início de uma articulação com outras organizações. Mas desenvolveu em sua fala também a preocupação com as dificuldades de concretizar a participação das mulheres, por exemplo, nos cursos de formação, onde se prevê 50%.

Assim, embora na organização formal e nos discursos se identifique um processo de incorporação de bandeiras, como a luta contra a violência, a agroecologia, os direitos previdenciários, as ações e inclusões das mulheres aparecem timidamente nas práticas cotidianas e interações, onde predomina a divisão de espaços e a organização a partir de referências tradicionais associadas ao masculino e feminino. No entanto, observando as trajetórias de militantes, percebe-se também a construção de vias singulares de atuação. Sobretudo quando percebemos o engajamento de mulheres jovens.

Na fala dos dirigentes, em diferentes momentos do congresso, a referência a um investimento na participação de jovens e mulheres foi considerada também no contexto de *um olhar para a diversidade*. As dimensões que essa ênfase assumiu ficam evidentes na argumentação da necessidade de afirmar a unidade nacional do MST por meio da potencialização da diversidade. Um dos dirigentes ressentia-se pelo fato das escolas dos acampamentos estarem perdendo a força de promoção da unidade e indicava o investimento na educação e escolarização como um dos caminhos para uma formação unitária dentro dos propósitos da transformação social⁹ E, nos assentamentos, afirmava a necessidade de atentar para diversidade política, religiosa. Propunha uma estratégia de organização que preserve a autonomia, com novas formas de luta, considerando um diálogo, cada vez mais evidente, das realidades rurais com espaços urbanos. Nesse contexto, apresentava uma proposta de organização dos assentamentos que, ao lado do reconhecimento da diversidade, deveria considerar possibilidades de organização dos espaços com direção coletiva, planejamento, disciplina.

Especificamente para os jovens esse mesmo dirigente manifestava uma preocupação: “há necessidade de fortalecer o protagonismo da juventude para que o MST não aposente e envelheça”. A fala em outra mesa, dessa vez proferida por um jovem, complementa essa preocupação e traz novos elementos associados à participação dos jovens. Ele argumenta que, embora a formação do coletivo da juventude do MST seja recente (oito anos), foram os jovens que “romperam as cercas da luta local, construíram um projeto de reforma agrária e mudança para o Brasil”. Na continuidade, enfatizou a importância dos jovens nas marchas, nos eventos. Ressaltou ainda um aspecto fundamental, qual seja o papel dos jovens na abertura do MST e dos assentamentos para as cidades, para o reconhecimento amplo das lutas. “Jovens devem conhecer a América latina, o mundo. Atuar nas cidades, ser internacionalista”. Nesse contexto, mencionou o papel da Brigada de Agitação e Propaganda, formada por jovens, nos dias que antecederam o 6º Congresso. Ela atuou em panfletagem na cidade de Brasília e, na mesma direção, propunha em Abril organizar “dez dias avermelhando as cidades para construir uma grande jornada da juventude”.

Perceber o jovem como uma ponte entre o rural e urbano contrasta com a preocupação da saída dos jovens para as cidades. Foi nesse contexto que ocorreu a ênfase na necessidade de lutar por lazer, educação, trabalho, enfim, imagens e expectativas relacionadas as cidades que dificultam a permanência dos jovens nos assentamentos, os quais, no decorrer do 6º Congresso foram argumentados como *lugar de resistência*.



Assentamento como lugar de resistência

Os assentamentos rurais tiveram destaque nos discursos dos que subiam ao palco para compor as mesas ou daqueles que foram selecionados para fazer as intervenções. Em suas narrativas, ressaltavam o significado dos assentamentos como concretização da luta, como espaço da produção, da disputa e da resistência política. Os participantes que estavam na plateia confirmam acenando suas bandeiras e entoando palavras de ordem.

Afinal, é nos assentamentos e acampamentos que estão as bases do Movimento e é nesses espaços que o congresso foi sendo construído. Por meio do estudo dos textos, da organização das várias equipes, das orientações para os coletivos, das místicas, a preparação para o Congresso fez parte das tarefas do cotidiano da vida nos assentamentos, em que militantes dedicaram-se a mobilizar os sujeitos para esse grande evento.

Os assentamentos rurais têm se consolidado como principal eixo da política de reforma agrária em nosso país. Longe de terem se tornado um processo sistemático e com impacto suficiente para transformar as estruturas latifundiárias, eles têm, no entanto, se capilarizado no meio rural brasileiro, oferecendo uma alternativa concreta de permanência de grupos camponeses. Mais do que isso, têm promovido um novo campo de relações entre agricultores familiares, movimentos sociais, governos e outros atores políticos, marcados pelo diálogo em torno da consolidação dos direitos sociais no meio rural.

Conforme constata pesquisas realizadas, são espaços de produção que de diferentes formas têm proporcionado inúmeras alternativas, que vão da possibilidade de algumas práticas extrativistas, passando pela viabilização de produção em pequena escala, à criação de animais, projetos específicos de cultivo de frutas. Mas também tem se desenvolvido nesses espaços projetos associativistas e de cooperação em maior escala de produção, inserindo esses sujeitos em redes produtivas mais amplas. A feira da Reforma Agrária já mencionada, organizada em torno do ginásio e parte do 6º Congresso deu visibilidade à diversidade de práticas produtivas que refletem as características regionais, mas também as diferentes propostas organizativas.

É uma constatação de que os assentamentos rurais provocam mudanças substanciais na vida daqueles que passam pela experiência da conquista da terra, proporcionando o acesso ao lote de trabalho, a casa da agrovila, aos créditos, a vida associativa, a dinâmica de produção e em torno de projetos. (LEITE apud HERERIA et al, 2004.). A vida de assentados também abre as possibilidades de acessar programas e políticas, inserção em redes de produção e de articulação política que demanda das famílias uma gama de atividades sociais, engajamentos, militância e participação nas instâncias organizativas. Para o MST, o objetivo é ultrapassar o que o movimento classifica como uma *concepção individualista* de uso da terra, com base na experiência local para ações de engajamentos políticos comprometidos com projetos de mudanças de sociedade (PAIVA, 2003; SCHWADE, 1993).

Os assentamentos rurais estiveram, nos primeiros anos da mobilização recente pela reforma agrária (pós 1985), atrelados de diferentes maneiras ao MST. No 6º Congresso houve, em diferentes momentos, uma avaliação de que o projeto do MST, enquanto estrutura e organização política ritual, como bem descreve Cristine Chaves (2001) sempre foi muito bem sucedido nos acampamentos, não ocorrendo o mesmo nos assentamentos. Muito já se escreveu sobre a situação de liminaridade que os acampamentos constituem, em contraste com a rotina dos assentamentos. Mas a memória de luta nos primeiros projetos de assentamento procurava dar conta dessa diferença. No entanto,



no decorrer do processo, muitos assentamentos passaram a estabelecer outros vínculos políticos, rompendo com a proposta do MST. É nessa trajetória que se constrói uma narrativa de transformação social e modos práticos de engajamentos nos projetos de ação conduzidos pelos movimentos.

Nos contextos das experiências cotidianas, as tensões e conflitos vêm à tona. O MST propõe mobilizações que valorizam pautas gerais, como a luta contra o agronegócio, bem como seus desdobramentos nas reivindicações e ações políticas. Nos assentamentos, ganham destaque ações em torno de demandas específicas, tais como projetos produtivos, melhorias nas residências, contemplando os modos de realização dos projetos pessoais em que são acionados os laços de familiaridade e vínculos pessoais. Nas duas situações e respectivos processos de mobilização para operacionalização dos projetos coletivos e individuais, dois segmentos, jovens e mulheres, são sensibilizados e recrutados para fazer parte das comissões de frente, pelas expectativas geradas nas redes de sociabilidade, encontros, deslocamentos, atividades lúdicas e demandas de acesso a programas e políticas públicas.

O investimento que o movimento faz para o recrutamento dos jovens se deve ao fato da expectativa que se tem em relação ao potencial político da juventude (CASTRO, 2005) ou, como diz Regina Novaes, a juventude se caracteriza como um período de autoafirmação e de construção de projetos para que no futuro possa reivindicar seu espaço, projetando diferentes modos de vida (NOVAES, 2010). É nesse sentido que a narrativa do jovem militante, mencionada acima, chamava atenção para o entendimento do assentamento como espaço do se fazer política.

Nesses diferentes contextos de mobilização, é possível perceber engajamentos e desengajamentos que vão depender dos contextos das ações, dos interesses que estão envolvidos e das experiências adquiridas pelos sujeitos sociais ao longo de suas trajetórias. Os engajamentos dos jovens têm sido construídos a partir da inserção nas redes de formação, especialmente, nos processos de escolarização dos jovens através dos cursos do Programa Nacional de educação na Reforma Agrária – PRONERA. Nesse caso, os jovens são atraídos pelos objetivos de iniciar ou dar continuidade à sua trajetória escolar.

Observamos, em diferentes contextos, que jovens dos assentamentos da região nordeste passam a ter oportunidade de escolarização a partir dos engajamentos no MST, ou tiveram algum tipo de contato com o movimento social. Embora ser militante do movimento não fosse requisito para o ingresso, uma vez que os cursos foram abertos a todos que vivessem em áreas de Reforma Agrária, o engajamento funciona como dispositivo facilitador que garante a entrada.

A preocupação de parte dos jovens de frequentar a escola e conseguir um diploma pode fazer uma grande diferença em suas vidas. Ao analisarmos a trajetória dos jovens, percebemos que parte significativa deles revela em seus discursos certa indefinição quanto aos seus projetos de futuro, expressa na tensão entre ficar ou sair do assentamento. Para eles, a oportunidade de ir à escola, de concluir o Ensino Médio e superior surge como o passaporte para concretizar um projeto diferenciado. Tal projeto pode envolver um investimento em trajetórias nas cidades ou, o que ocorre com frequência, a possibilidade de uma melhoria na condição e vida aliada a continuidade na luta política.

É nesse contexto que o investimento do MST nos jovens tem na educação a sua centralidade. Trata-se de uma estratégia que contempla tanto a luta pelas escolas nos assentamentos como também a escolarização associada à formação de militantes. A formação em cursos técnicos e universitários,



voltada, sobretudo, para a juventude, dá suporte à viabilização do projeto político do MST. Permite o contato dos jovens com diferentes realidades e o diálogo com estilos de vida urbanos, mas também traz novas necessidades para os assentamentos. Os jovens que permanecem nos assentamentos de modo geral assumem atividades fora, como professores ou mesmo nas práticas formativas e de organização do MST. São ainda os processos de escolarização, formação e construção do engajamento que oportunizam viagens para outras regiões e países, resultando num processo de formação diferenciado, onde a profissionalização é também o fazer político.

De modo similar, nos assentamentos rurais, tem continuidade a reivindicação de espaço para uma participação mais efetiva das mulheres nas atividades econômicas e na construção do ativismo político, em relações sociais que se estabelecem nas diferentes dimensões no cotidiano. É possível perceber interpelações significativas no que se refere ao gênero e geração, tanto em situações que envolvem a organização política, quanto na inserção em atividades econômicas e produtivas dos assentamentos rurais. Posicionamentos que, por sua vez, refletem-se nas organizações familiares, nos afetos e em diferentes aspectos da construção subjetiva. Trata-se de um contexto que favorece uma atuação mais efetiva das mulheres, com reflexos na construção da equidade, que fica evidente quando a *participação* é construída nas experiências cotidianas.

Nesse sentido, cabe aqui retomar dados acumulados durante as pesquisas em assentamentos da região nordeste e do sul do Brasil que revelam diversas formas de engajamentos dos jovens e mulheres de acordo com os contextos específicos. Na abordagem de possibilidades de *deslocamentos* relacionados à construção do projeto militante, com diferenciações relacionadas às inserções sociais, contexto de atividades produtivas, militância política, evidencia-se, no estudo de trajetórias de mulheres militantes, suas relações com os diferentes movimentos e instituições, bem como trânsitos que vão do local ao global. O mapeamento denso de tais trajetórias tem revelado aspectos importantes no que se refere às interpelações acerca do gênero no contexto do ativismo político de luta pela terra. Um dos aspectos que merece ser destacado é a manutenção dos vínculos com o trabalho na terra e na organização dos assentamentos, notadamente, nas práticas relacionadas ao cultivo e à organização econômica e política. Esta permanência traz indagações desde que diferencie as possibilidades de papéis que as mulheres assumem como, por exemplo, na coordenação de práticas ativistas que as projetam fora do coletivo do assentamento e também nas lideranças em atividades econômicas viabilizadas nos projetos de assentamentos, ao mesmo tempo em que a permanência do vínculo é que dá sustentabilidade e sentido a essa nova posição assumida pelas mulheres.

Em outra direção pode-se verificar o desempenho de várias funções, muito além daquelas comumente associadas à vida das mulheres no trabalho no campo, tais como cuidado da casa e dos filhos e ajuda no cultivo – ou, no caso dos projetos coletivos, a chamada participação na produção. São mulheres que coordenam reuniões, assumem cargos públicos e tarefas diferenciadas a coordenação de projetos coletivos ou a produção específica – como é o caso da produção de peixe em assentamentos do RN. Para essas mulheres, militantes, a cidade é também um espaço onde exercitam práticas que acionam o capital social acumulado no exercício da militância. Movimentam-se com facilidade, ao mesmo tempo em que usufruem de maneira diferenciada de bens de consumo.

Em outros contextos da vida nos assentamentos rurais, como aqueles em que o engajamento não se situa como prioridade, observa-se também uma grande ocorrência de situações vivenciadas por mulheres residentes que





exercem atividades remuneradas em cidades próximas. Para essas mulheres, muitas vezes, também para seus companheiros, o acesso a terra significou um lugar seguro para a sua família, com moradia e certa infraestrutura. Assim, elas buscam na cidade a possibilidade de incrementar a renda, trabalham como diaristas, empregadas domésticas, entre outras atividades. Essas também se inserem no contexto do consumo, nesse caso, voltado para a aquisição de utensílios domésticos, cuidados estéticos, entre outros. Há ainda outras relações com as cidades, como a venda de produtos nas feiras-livres ou para acesso à educação formal.

De todo modo, é o assentamento o espaço em que são construídas as resistências, o que produz indagações acerca das diferentes relações com as cidades que, em alguns casos, se estendem para contextos globais. São *conexões*, possibilidades de mobilidades singulares que impactam papéis de gênero e geração de modo bastante específico. Dois casos, descritos abaixo, podem ampliar esse debate dos limites e possibilidades de participação de jovens e mulheres, numa perspectiva de refletir sobre gênero e geração e possíveis cruzamentos, sobretudo, em processos de *deslocamentos* associados às suas trajetórias, de acordo com os *campos de possibilidades* abertos pela formação escolar por meio do ativismo político.

Caso 1: O movimento é a formação

Em entrevista realizada com uma jovem em assentamento no Sul do Brasil, com 26 anos, em processo de constituição de uma união estável com seu companheiro, sem filhos, empregada, aparecem elementos importantes que são comuns a diferentes trajetórias de militantes do MST. Ela inicia o relato de sua formação mencionando as escolas onde fez o primeiro grau e, quando fala do ensino médio, diz: “... fiz o técnico em administração da cooperativa, daí na verdade **começa tudo de novo** né? E tem a questão técnica e política, porque é **uma escola do movimento**, então também se trabalhava com a formação política ideológica” (grifos nossos). Nessa fala, fica evidente que, não obstante a jovem em questão cresceu dentro de um assentamento e desde cedo participou de uma proposta do *coletivo*, ela situa a sua iniciação no engajamento no momento em que ingressa num processo de formação política aliada à escolarização. A jovem fez o ensino médio na proposta chamada pedagogia da alternância, com o tempo da comunidade já dedicado às atividades administrativas do assentamento em que residia. Em seguida, fez o curso de técnico em contabilidade, o qual, relata, era uma parceria do MST com uma universidade da Espanha (País Basco). Na continuidade de sua trajetória, atuou no assentamento, mas sempre com atividades voltadas para fora – assim fala de suas viagens, para diferentes cidades no Sul do Brasil, mas também para Brasília. Em 2006, teve uma experiência de 70 dias na Espanha, em uma universidade na mesma região de referência do curso de contabilidade já mencionado. Conta que foram 18 pessoas do Brasil, apenas três mulheres. Relata com propriedade o seu conhecimento dessa universidade, construída a partir da organização em cooperativas. Essa experiência é narrada pela jovem com entusiasmo, envolvendo, além dos conhecimentos adquiridos no decorrer da formação, as referências à viagem como processo de reconhecimento de outra cultura, cuja especificidade foi mencionada, sobretudo, na questão da alimentação. Após essa experiência, a jovem retornou e passou a trabalhar como professora no ensino médio na mesma escola em que fez técnico de administração em cooperativa. Hoje, reside no assentamento com seu companheiro, que conheceu em um curso. Relata dificuldades dos jovens permanecerem e destaca os atrativos da cidade; mas fala também de uma falta de investimento, referindo-se



aos muitos jovens que se qualificam e que não tem inserção em espaços onde podem exercer atividades que valorizem as habilidades desenvolvidas na formação. Menciona problemas na inserção dos jovens na produção e também um conflito nas expectativas:

“Porque se você for ver os jovens que estão aqui é na faixa etária de 14 a 19 anos, então o que vai impulsionar a fazer a eles ficar aqui é que além da renda é ter um trabalho, porque os jovens de hoje não tem mais o almejo de capinar, então é criar setores em que eles sintam a vontade de fazer e desenvolver, e também os mais velhos já estão entrando nos 50 anos, então eles não vão ter condições de tocar as coisas que dependam de muito esforço”.

Nesse sentido, a avaliação da jovem, a partir da sua experiência, é direcionada para o que chama de aproveitar as oportunidades, no caso, as que são oferecidas no processo de formação do MST.

Na continuidade, fez um cruzamento interessante entre a dimensão da participação de jovens e mulheres ou, mais especificamente, na sua condição de ser jovem mulher:

“As mulheres mais jovens são as que estão participando mais, agora você tem que está bem preparada, porque quando vai para um curso e para uma reunião esse enfrentamento com o homem é bastante forte. E eu acho que isso vem da própria formação, né? Porque o homem por natureza é constituído machista, claro nem todos os homens são assim, mas na sua essência o homem perder para uma mulher no debate é difícil, porque o ego machista é muito forte”.

Mas aponta algumas mudanças, positivas, na relação homens e mulheres no assentamento em que reside:

”Nas reuniões que acontece entre a direção e a coordenação da cooperativa todos colocam a sua opinião e existe o respeito entre os membros e tanto o homem quanto a mulher tem o mesmo espaço de falar. Aqui eu posso dizer que isso não é uma coisa desigual, agora se você for olhar o ego dos homens tem essa coisa inconscientemente. Tipo se eu precisar de meia hora para expor a minha ideia eu vou ter essa meia hora e nesse momento nós temos os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades”.

Mesmos direitos, mesmas responsabilidades. Um exercício cotidiano difícil, equilibrado em algumas situações, como exemplo, quando há possibilidade de sintonia na consolidação do projeto profissional e militante para ambos. É o caso de um casal de jovens residentes em um assentamento no NE.

Caso 2 – Formação no interior do Movimento, atuação dentro e fora do assentamento

Um casal de jovens, do Nordeste do Brasil, ambos formados em pedagogia, ilustra outra situação que se repete nas condições de jovens e mulheres em assentamentos rurais. Nesse caso, de modo similar ao anterior, a condição de jovens com oportunidades para que ambos ingressassem num processo de formação contribui para uma relação mais equilibrada dos papéis masculinos e femininos. Assim como no caso 1, esses jovens iniciaram a vida militante no ingresso do curso Magistério da Terra, curso de nível médio articulado pelo MST dentro das atividades do PRONERA, onde se conheceram. Um marco





importante para o engajamento nas atividades do movimento, como aparece na fala do jovem: “... ao chegar lá a gente se deparou com um espaço diferente. Com o Movimento em si, porque apesar de morar em um assentamento, não tinha um contato tão de perto com o Movimento dos Sem Terra”. Essa mesma visão é compartilhada com a jovem, sua companheira, que também se refere à entrada no Magistério como um momento que chama de *envolvimento orgânico* com o movimento.

“Depois do magistério aí eu entrei realmente organicamente no Movimento, não só enquanto filha de assentado, mas para contribuir na luta, então assim eu contribuo hoje no coletivo de educação faço parte das discussões das construções voltadas para a área da educação, como o encontro dos Sem-Terrinha, nós pensamos na criança, nos jovens, nos adultos, então eu faço parte dessas discussões no setor de educação”.

Casaram ainda durante o curso de Magistério. Após a conclusão, os dois continuaram seu processo de formação escolar e fizeram um curso universitário, também articulado pelo MST, o Pedagogia da Terra. Durante todo esse processo foram se inserindo nas redes de organização do movimento, assumindo cargos de direção, participando de encontros e atuando, inclusive, na coordenação, no caso do jovem. Embora nas suas falas tenha uma recorrência ao *coletivo*, o campo de possibilidades facilitado pelo processo de escolarização, bem como os aprendizados da militância abriram espaço para a realização de uma condição individual diferenciada, ocasionada pela conquista de bens culturais como diplomas, o repertório linguístico, o capital cultural acumulado pelos deslocamentos constantes, entre outros. Nesse sentido, prestaram concurso público em uma cidade próxima, onde atuam como professores da rede de ensino municipal. Em um encontro com esse casal em pesquisas posteriores àquele primeiro momento em que ainda estavam em processo de formação, percebeu-se que eles estavam consolidando um projeto de vida, construíram uma casa no lote dos pais no assentamento, onde residem. Assumem papéis de dirigentes nos assentamentos e Centro de Formação do MST.

Não obstante, essa carreira que está em sintonia desde que são casados, há nuances que diferenciam a sua atuação enquanto militantes, relacionadas aos papéis de gênero. Fica muito evidente uma atuação da jovem mulher para as questões no interior do assentamento, relacionada ao campo educacional, no qual a preocupação está voltada para a organização do espaço escolar, as crianças nas atividades da Ciranda Infantil – sem-terrinha – entre outros. O que aparece em um momento em que se refere à escolha da direção da escola no assentamento:

”Aí ela estava entrando [na direção] e a gente decretou muito porque ela era da comunidade e era professora da comunidade, mas a gente já conhecia a trajetória dela enquanto professora que ela não era muito aceita pela população, pelo assentamento, aceita, assim, [...] Mas mesmo assim, a gente acreditou nela e reunimos a comunidade, o assentamento e a gente decidiu que o outro espaço sem utilidade era a casa de farinha, [...] parou o PAC e a casa de farinha ficou sem nenhuma utilidade, então aí a gente resolveu que seria a casa de farinha a sala de aula, duas salas de aula. Isso a casa de farinha com os tanques, os fornos e a gente montou, as mães... a gente fez um mutirão, junto com as mães e fizemos a limpeza ao redor, lavamos carregamos as cadeiras dos espaços montamos o quadro e lá funciona pela manhã o quinto ano, que é o que [companheiro] trabalha e eu ensino o quarto ano. Isso não tem divisão do espaço, eu ensino de um lado e ele ensina do outro, o que eu falo aqui os alunos dele ouvem”.





Já o seu companheiro, embora também continue atuando nos setor da educação, desenvolve várias atividades externas ao assentamento, as quais fazem parte do seu repertório sobre a atuação na educação. Seu discurso evidencia uma preocupação constante com a proposta política do movimento, a educação em sentido amplo, inserida nos propósitos de transformação social:

”Cheguei domingo a noite de uma tarefa do setor de educação que foi em Fortaleza a nível Nordeste que a gente estava se reunindo lá pra refletir sobre as nossas práticas e sobre um diagnóstico sobre as nossas escolas, a reivindicação de escolas nos assentamentos de todos, fazer um balanço político. Na escola tinha isso, né, a primeira experiência foi em 2004, na própria etapa do magistério a gente foi para a semana da cultura em Pernambuco. E assim, o Movimento é essa coisa o Brasil é um país continental e o Movimento também, como é uma organização que tá em todo o país”.

O processo de formação profissional no curso Pedagogia da Terra, onde se deu também o aprendizado da política, fez com que esse jovem casal se destacasse na militância. Mas o destaque se dá também pela oportunidade de trabalho, que propiciou condições diferenciadas, com emprego e renda fixa que permitem uma inserção maior no mercado de consumo urbano, adquirindo bens tais como um veículo próprio. Continuam no assentamento, onde tem uma casa, um lote. Suas atividades *no local* consistem, sobretudo, na organização política, uma vez que não estão envolvidos com o cultivo da terra. Tem uma rede de parentesco no assentamento.

A atuação desse jovem casal revela aspectos importantes da efetivação da proposta do MST para a juventude. Se, por um lado, a sua atuação no MST favorece o ingresso no mercado de trabalho, por outro, os insere em um processo por meio do qual ressignificam o viver no assentamento. Os trânsitos e também as migrações da juventude dos assentamentos para a cidade, ocorrem sem uma ruptura com esse espaço, o que se efetiva quando a migração ocorre em família. As idas e vindas dos jovens, tais como as do casal mencionado, permite o contato dos jovens com diferentes realidades e o diálogo com estilos de vida urbanos. Traz novas necessidades para os assentamentos.

A condição de jovens mulheres sinaliza as ambiguidades postas por esse contexto de vida militante, com as preocupações voltadas para a realidade local. Essas situações tornam-se mais complexas nos casos mulheres com filhos. Observamos, nas conversas com participantes de cursos como o Pedagogia da Terra que, embora toda uma estrutura com espaço para as crianças menores tente facilitar a participação das mulheres, elas manifestam, constantemente, preocupações com a casa, com os filhos maiores e o marido que fica no assentamento. Isso se repete em eventos, em cursos de curta duração e inclusive no 6º Congresso do MST.

Considerações finais

Em todos os momentos do congresso, a narrativa em torno da construção da unidade do MST e as conquistas ao longo dos 30 anos foram destacadas por todos que ocupavam o palco. Ficou evidente que o investimento na educação nos últimos é uma das principais bandeiras dessa unidade. A formação em cursos técnicos e universitários, voltada, sobretudo, para a juventude, dá suporte à viabilização do projeto político do MST. Permite o contato dos jovens com diferentes realidades e o diálogo com estilos de vida urbanos. Os jovens que permanecem nos assentamentos, de modo geral, assumem atividades



fora, como professores ou mesmo nas práticas formativas e de organização do MST. O processo de escolarização amplia os espaços de interlocução, são jovens que vão para outros países, tem uma formação diferenciada onde a profissionalização é também política.

Observa-se, nas trajetórias dos jovens que iniciam o processo de escolarização por meio dos cursos do movimento, que esses têm expectativas e de modo geral acabam dando continuidade até o nível superior, com perspectivas de inserção nos cursos de pós-graduação (especialização e mestrado). E ainda, há o predomínio numérico de mulheres nesses cursos. Ou seja, há um investimento para o engajamento desses segmentos.

Em relação às mulheres e aos papéis de gênero, embora a iniciação no engajamento se situe como ampliações do campo de possibilidades permanecem desafios no enfrentamento das desigualdades cotidianas nos papéis de gênero. Repete-se, no cotidiano dos assentamentos, o que foi observado no 6º Congresso, especialmente na mesa sobre mulheres, ou seja: não obstante o destaque de grandes questões e seus respectivos vínculos com mulheres, trazendo-as para a cena, elas aparecem fortemente vinculadas às dimensões específicas da luta política, tais como educação e a projetos de produção de agroecologia, ou seja, em pequena escala. Embora apareçam diferentes iniciativas de produção, venda de produtos sem agrotóxicos etc., o investimento nessa bandeira ainda é tímido, pouco evidenciando a sua relação com as situações das mulheres pretendida na construção dos discursos do movimento.

Na inserção de jovens e mulheres observa-se, assim, modos de acomodações de acordo com diferentes níveis de engajamento. Desde a situação de ativismo que destaque mulheres como dirigentes, passando pela formação propiciada pela escolarização, e em contraste com as situações em que se reproduzem fortes desigualdades de gênero na vida cotidiana. E ainda, como se trata de segmentos que se articulam com pares em outros contextos, na condição e sujeitos de direito, não esgotam as pautas de participação, deixando em aberto o espaço para novas demandas.

Assim, nos assentamentos rurais, argumentados no 6º Congresso do MST como espaços de resistência, observam-se permanências e transformações no que se refere aos segmentos destacados. Em se tratando de *jovens*, observa-se a importância que esses têm no sentido de fomentar um diálogo necessário com os diferentes espaços, por meio de deslocamentos e abertura para novas fronteiras, dada à capacidade dos jovens de se movimentar e estabelecer o diálogo inter-geracional. São também mulheres e jovens os protagonistas na construção de demandas políticas destinadas a esses segmentos, mas que beneficiam todos os residentes, de modo especial, relacionadas ao lazer, educação, saúde e subsistência cotidiana. É nesses projetos que se pode observar uma presença significativa de mulheres, ocupando lugares de destaque, coordenando reuniões, estabelecendo contatos. Isso contrasta ainda com a realidade cotidiana de mulheres que, empenhadas nos afazeres cotidianos, vivem ao redor das casas, com acesso ainda limitado à educação e uma inserção ainda precária, que faz com que não se reconheçam nesses projetos.

Finalmente, no âmbito do discurso político, não se mencionou, no 6º Congresso, os chamados novo homem e nova mulher no MST, tão evidente nos anteriores. Tudo está incluído na radicalidade política, da transformação social em sentido amplo: *Globalizar a luta, globalizar a esperança*. Não obstante, são as lutas, as esperanças, que fazem sair do anonimato a assentada Margarida, a partir disso, dialoga com outras mulheres, reivindica direitos individuais e coletivos.



NOTAS

¹ O MST se organiza nacionalmente por meio de Congressos, Encontros e Coordenações.

² As autoras desse artigo participaram de todo o congresso e realizaram uma etnografia de todas as atividades.

³ Sobre a Via Campesina, ver, entre outros, Dasmaraís, 2007.

⁴ Que tem relação com projetos de internacionalização presentes em outras lutas políticas.

⁵ As questões da sexualidade foram divulgadas nas redes sociais como se estivessem em evidência. No entanto, não foram pautadas no 6º. Congresso.

⁶ Desde os anos 90 acontece um processo de escolarização desenvolvido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o qual oferece cursos de nível médio e superior, em convênio com as instituições públicas de ensino

⁷ Assim se desenvolveram projetos em que a efetivação do assentamento teve sempre uma relação estreita com a continuidade do MST, como é o caso dos assentamentos chamados de “coletivos”, como exemplo, o Conquista na Fronteira em SC (SCHWADE, 1993 e SCHWADE, 2013).

⁸ Trata-se de uma proposta pedagógica que comporta um tempo escola e um tempo comunidade, amplamente difundido nas propostas de educação no campo.

⁹ Convênio do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO, mantido com Movimento Cooperativo de Mondragon, do país Basco. Jornal do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/298/entrevista>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARNEIRO, Maria José Carneiro. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO Helena W. & Branco. Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, Elisa. Guaraná. Sonhos, desejos e a realidade : herança, educação e trabalho de jovens rurais da Baixada Fluminense/RJ . Boletim NEAD - Artigo do Mês, n. dez - 261. Acesso: página do NEAD, 2004.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Trabalho apresentado no 29o. Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2005.

CHAVES, Cristine. Os limites do consentido. In: Fonseca, Claudia e Brites, Jurema. Etnografias da participação. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

CHAVES, Cristine. A MARCHA... In: Peirano, Mariza (org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

COMEFORD, John. Reuniões camponesas. In: Peirano, Mariza (org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Via Campesina: globalization and the Power of peasants. Canada: Fernwood Publishing and Pluto Press, 2007.

GOFFMAN, Erving. Comportamento em lugares públicos. RJ: Vozes, 2010.

LEITE, Sérgio (Org.). Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (organizadoras). Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil. Brasília : MDA, 2008. Coleção NEAD Debate.



NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PAIVA, Irene Alves, Os aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST. Tese de doutorado, PPGED/USP, 2003

SCHWADE, Elisete. A luta não faz parte da vida... é a vida. Dissertação de mestrado, PPGAS/UFSC, 1993.

SCHWADE, Elisete. Gênero e juventude em assentamentos rurais. In: SCHWADE, Elisete & VALLE, Carlos Guilherme (org.). Processos Sociais, Cultura e Identidades. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHWADE, Elisete. Construção da militância, geração e gênero no MST e em assentamentos rurais. In: OLIVEIRA, Kelly Neves, Ednalva (org.). Pesquisa e ética na antropologia contemporânea: territorialidade, gênero, saúde e patrimônio. UFPB: João Pessoa, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta. Relações de gênero e subjetividades no devir do MST. In: Revista de Estudos Feministas. Vol. No. 12, no. 1, Florianópolis, jan/abril, 2004.

THAYER, Millie Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. In: Revista Estudos Feministas, v.9, n.1 Florianópolis, 2001.

WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz e MENASHE, Renata (Org.), 2006. Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/NEAD.